

| 756 | PROPOSTA PARA ABORDAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DIANTE DOS DESAFIOS DE UMA GESTÃO URBANA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE IGARASSU-PE

Cláudio Antônio Vieira da Silva, Maria Vanessa Nunes do Carmo

Resumo

Esse artigo aborda uma possibilidade de tratar o Patrimônio Histórico em ambientes urbanos a partir da utilização de técnicas de geoprocessamento. Partindo da categoria de análise da Paisagem, na perspectiva geográfica, e passando por noções de planejamento e gestão, chega-se ao contexto de preservar e conservar o Patrimônio visto como desafios que podem envolver uma governança metropolitana a fim de promover e executar uma gestão urbana eficiente, na qual envolvem diversos atores sociais que coabitam o mesmo espaço ou as adjacências de onde se encontram localizados esses bens patrimoniais. Assim, o objetivo geral desse artigo é propor na gestão urbana a aplicação de técnicas de geoprocessamento como subsídio para conservar o patrimônio histórico e para fins turísticos. Para exemplificar essa aplicabilidade foi desenvolvido um modelo empírico de catálogo dos monumentos históricos, sendo essa proposta de aplicação usada no município de Igarassu-PE devido a um rico acervo histórico e monumental presente no seu território e pela significativa ligação com a capital pernambucana.

Palavras-chave: Patrimônio histórico. Gestão. Geoprocessamento. Igarassu.

1. Introdução

A preservação e a conservação dos bens culturais demanda uma série de cuidados e medidas, que modifiquem o mínimo possível a sua estrutura e estado original, visto que, pelo fato de terem sido construídos ou produzidos por sociedades de outrora, representam uma importante fonte de pesquisa, de preservação cultural e são elementos que apresentam valores simbólicos e turísticos e que podem desempenhar papel fundamental na geração de emprego e renda para certos grupos sociais.

Os bens culturais são classificados em bens materiais e imateriais, devido à natureza e características distintas entre si (FUNDARPE, 2009). Os bens materiais, objeto deste estudo, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, na sigla em inglês), são os de natureza concreta, isto é, sítios arqueológicos, monumentos, documentos, núcleos urbanos entre outros.

Em ambientes urbanos o Patrimônio pode ser identificado através da Paisagem. Essa categoria de análise, na perspectiva geográfica, está ligada a produção e a

transformação do espaço geográfico num determinado momento da sociedade humana, na qual possui múltiplas impressões e imagens da história ligadas a ela.

Segundo CARLOS (2007, p. 33):

A paisagem revela uma história, o passado nas formas geradas por tempos diferenciais acumulados, mas sempre atuais, sincrônicos e diacrônicos, que produzem uma impressão apreendida pelos sentidos.

Dentro desse contexto, preservar e conservar o Patrimônio são desafios que podem envolver uma governança metropolitana a fim de promover e executar uma gestão urbana eficiente, na qual envolvem diversos atores sociais que coabitam o mesmo espaço ou as adjacências de onde se encontram localizados esses bens patrimoniais.

Contudo, no sistema de governança dos aglomerados urbanos metropolitanos nem sempre é possível haver concordância e participação devido a fatores como divergências políticas, graus de desenvolvimento diferenciados entre os municípios que formam as Regiões Metropolitanas (RMs), inexistem ou inadequação legislativa e falta de participação e envolvimento social no reconhecimento do patrimônio como paisagem cultural¹, sendo esses problemas comuns nas políticas públicas.

Em se considerando a Paisagem em patrimônios históricos nos ambientes urbanos, uma vez verificada a necessidade de realizar obras de conservação e reparação em qualquer monumento tombado, o IPHAN fica responsável pela recuperação, visto que é órgão oficial que atua na gestão, proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico do Brasil.

E de modo geral, a recuperação das obras de valor histórico é de médio em longo prazo, pois a reparação procura resguardar ao máximo as características originais dos bens culturais.

Contudo, esse procedimento pode ser encurtado mediante o uso de geoprocessamento, sobretudo no processamento dos dados em formato de banco de dados digital, no agrupamento de várias camadas de informação e no mapeamento e na catalogação dos bens patrimoniais.

¹ Essa falta de reconhecimento do patrimônio como paisagem cultural foi publicada na portaria nº 127 de 30 de abril de 2009 pelo IPHAN na Chancela da Paisagem Cultural, na qual indica que os atuais instrumentos de conservação que tratam do patrimônio cultural e natural não contemplam o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais, sendo assim falham na proteção dos atributos desses bens (MELO FILHO, 2012).

Além disso, diante da necessidade de tornar as gestões municipais cada vez mais eficientes, o uso da ferramenta digital² constitui um importante instrumento na implantação de programas de desenvolvimento, planejamento e organização interna do espaço, auxiliando na dinâmica das cidades, isto é, a ferramenta digital apresenta inúmeras aplicações e diferentes escalas e seu uso vem se tornando indispensável, sobretudo, porque proporciona maior eficiência no processamento dos dados (CÂMARA, 2004).

Assim, o objetivo geral desse artigo é propor na gestão urbana a aplicação de técnicas de geoprocessamento como subsídio para a conservação do patrimônio histórico e para fins turísticos.

Para exemplificar essa proposta de aplicação, será usado o município de Igarassu, localizado na porção metropolitana norte do Estado de Pernambuco e que faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR). A escolha do município de Igarassu é motivada devido a um rico acervo histórico e monumental presente no seu território e por apresentar significativa ligação com a capital pernambucana.

2. Contexto geral da Região Metropolitana do Recife (RMR)

Segundo o Relatório publicado pelo Observatório das Metrópoles (2009) diz que o processo de “metropolização” se configura pelo expressivo adensamento populacional em razão da dinâmica da economia, da produção técnica e do conhecimento, e da diversidade do trabalho, mas também com a expansão física dessas aglomerações em área contínuas de ocupação.

No caso da RMR, esta foi regulamentada através da Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, a RMR era constituída por nove municípios: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ilha de Itamaracá, Moreno, Igarassu e São Lourenço da Mata.

Em 1982, houve o desmembramento e a emancipação política de três municípios: Abreu e Lima (desmembrado do município do Paulista), Camaragibe (desmembrado do município de São Lourenço da Mata) e Itapissuma (desmembrado do município de Igarassu). No ano de 1994, o município de Ipojuca foi acrescido na RMR. No ano seguinte,

² A ferramenta digital através do emprego das geotecnologias tem-se popularizado, sendo uma área do conhecimento que vem ganhando cada vez mais espaço no tratamento da informação geográfica, e embora o custo de aquisição de geotecnologias seja oneroso em sua maior parte com o uso de softwares desenvolvidos por empresas privadas, há disponíveis também softwares gratuitos que apresentam respostas semelhantes, como o software TerraView.

em 1995, ocorreu o desmembramento e a emancipação política de mais um município, desta vez Araçoiaba (desmembrado do município de Igarassu).

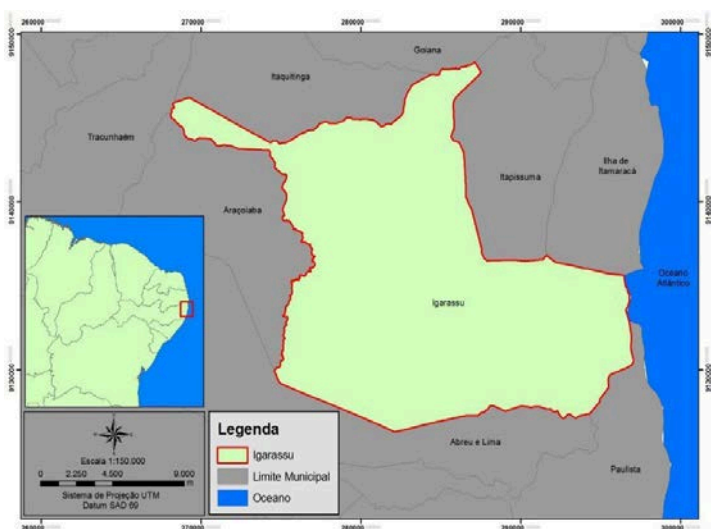
Ao longo de quase quatro décadas, a RMR ampliou o número de municípios integrantes nesta região metropolitana e sua área territorial. Este aumento é decorrente da expansão de seu perímetro e das desagregações de municípios em seu interior CLEMENTINO e SOUZA (2009).

Assim, a RMR passou a ter um total de quatorze municípios, que corresponde à atual formação até o presente momento: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Recife e São Lourenço da Mata.

3. Localização e contexto histórico da área de estudo

Localizado na mesorregião Metropolitana e na microrregião de Itamaracá do Estado de Pernambuco, o município de Igarassu limita-se ao norte com os municípios de Goiana e Itaquitinga, ao sul com os municípios do Paulista e de Abreu e Lima, a leste com o Oceano Atlântico e com os municípios da Ilha de Itamaracá e de Itapissuma, e a oeste com os municípios de Araçoiaba e de Tracunhaém (Figura 1) (CONDEPE/FIDEM, 2006).

Figura 1. Mapa de localização do Município de Igarassu.



Fonte: O autor

Atualmente, a área territorial do município de Igarassu ocupa cerca de 305 km², representando em torno de 0,33% de território no Estado de Pernambuco, sendo os

principais acessos são feitos pelas rodovias pavimentadas BR-101 norte e PE-035, e dista, aproximadamente, cerca de 32 km da capital Recife (CONDEPE/FIDEM op cit.).

3.1. Contexto Histórico

Em 1535 foi criada a vila de Santa Cruz dos Santos Cosme e Damião através de Carta-Régia após a vitória dos portugueses sobre os índios caetés e segundo o PPSH/RMR a vila de Igarassu foi implantada na encosta leste de uma pequena elevação entre os rios e mangues.

O distrito de Igarassu foi criado em 1550, com a denominação de Igarassu. O nome Igarassu, cuja grafia correta é Igarauçu, é de origem tupi e significa: Igara = Canoa; Assu = Grande, ou seja, Canoa Grande ou também pode ser interpretada como Grande Embarcação, sendo o primeiro núcleo a ser povoado e berço da história em Pernambuco e um dos primeiros núcleos de povoamento do Brasil (ALECRIM, 2007).

Torna-se um município autônomo em 28 de fevereiro de 1893, através da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios) e foi elevado à categoria de cidade em 03 de julho de 1895, por meio da Lei Estadual nº 130 (ALECRIM, op cit.).

Em outubro de 1972, visando proteger e resguardar o rico acervo existente no município de Igarassu³, o Governo Federal, através do IPHAN, reconheceu e tombou o conjunto arquitetônico da nucleação histórica pelo seu alto valor expresso na qualidade artística da arquitetura religiosa e civil, com uma área de aproximadamente 0,4 km (396.202 m).

³ Igarassu tem o seu sítio histórico salvaguardado mediante tombamento nacional, sendo legalmente protegidos pelo IPHAN. As edificações protegidas são: a Matriz de São Cosme e São Damião (1535); o Recolhimento e Igreja do Sagrado Coração de Jesus (séc. XVIII); o Cruzeiro, o Adro, a Igreja e o Convento Franciscanos de Santo Antônio (séc. XVI); a Capela do Livramento (séc. XVIII); a Igreja de São Sebastião (séc. XVIII); e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu, que reúne, além dos monumentos citados, a Colina Histórica, diversas edificações centenárias, ruas e praças de traçado característico do período colonial, as ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, o Sobrado do Imperador, trecho de mata atlântica e do rio Igarassu e grande área de manguezal. Atualmente o IPHAN, em parceria com a Prefeitura Municipal de Igarassu e outras instituições - a exemplo da Fundação Gilberto Freyre, Fundarpe, BNDES e Prodetur - planeja, promove e participa de ações que visam à preservação do valor histórico e cultural da cidade.

4. O patrimônio histórico e o geoprocessamento: disposições gerais

Um dos primeiros instrumentos legais para a conservação surgiu com a publicação da Carta de Atenas⁴ em 1931, na qual trouxe orientações para a conservação dos monumentos histórico-arquitetônicos e os desafios recentes enfrentados pelas cidades.

É, sobretudo, com a publicação da Carta de Veneza⁵ em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que houve um aprofundamento e um alcance maior no entendimento e nas práticas de conservação.

E a partir da Declaração de Amsterdã que são estabelecidas as políticas patrimoniais europeias e mundiais, das quais se destaca: a preservação dos conjuntos históricos como forma de preservar a identidade local e regional, a fim de evitar a homogeneização dos espaços.

Segundo BO (2003, p.26), é a partir da segunda metade do século XX que ocorre a seleção, proteção e preservação dos elementos culturais representativos e dos sítios históricos e naturais. Esses elementos culturais foram bastante discutidos, no plano internacional, em convenções e em programas estabelecidos pela UNESCO, sobretudo voltado para o campo da preservação do Patrimônio.

Concretamente, no Brasil, a preocupação em preservar e conservar os bens materiais e imateriais começa a ocorrer no ano de 1936 segundo RIBEIRO (2005, p. 49). Entretanto, essa mesma autora afirma que algumas iniciativas pontuais surgiram ainda no século XVIII no Brasil.

Por exemplo, observando o contexto histórico literário brasileiro, durante a década de 1920, acontece a Semana de Arte Moderna de 1922 na cidade de São Paulo, na qual, verificou-se uma busca dos elementos da identidade nacional.

O fenômeno histórico e suas representações em ambientes e paisagens urbanas tem sido alvo de diversos estudos, inclusive nacionais, como por exemplo, em GONÇALVES et. al. (2005) na qual apresenta pressupostos teóricos no tratamento das cidades históricas em formas urbanas na contemporaneidade, trazendo como estudo de caso o município de Tiradentes-MG.

FRIAS & PEIXOTO (2001) abordam a transformação do espaço urbano, a dimensão patrimonial da cidade e o fenômeno turístico na cidade de Coimbra, em Portugal, ressaltando os efeitos de estetização do espaço urbano, onde DIETVORST (1994 apud Frias &

⁴ Disponível em: [HTTP://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf)

⁵ Disponível em: [HTTP://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf)

Peixoto, 2001) salienta que a busca por ambientes patrimoniais é uma alternativa ao urbanismo funcionalista dos espaços urbanos, sobretudo as cidades históricas, que são redescobertas para fins turísticos e lúdicos.

Além das formas “convencionais” no tratamento do fenômeno histórico-urbano, também existem trabalhos que retrataram a paisagem histórico-cultural a partir do emprego de geotecnologias como propôs RUFINO et. al. (2001) na qual diz que é possível através do emprego do Sistema de Informação Geográfica (SIG) aplicado a preservação de Patrimônio Mundial e realizar análises espaços-temporais para o monitoramento da evolução de determinado evento, simular cenários antes da implementação de uma determinada ação, visualizar, manusear e analisar simultaneamente várias camadas de informações concernentes ao Patrimônio Mundial.

De modo semelhante FEILDEN & JOKILEHTO (1993) recomendaram, quando da realização de inventário e da documentação de um Sítio pertencente ao Patrimônio Mundial, levar em consideração o uso de um SIG para o manejo eficiente dos dados no caso dos sítios históricos que abrangem uma grande área ou mesmo que possuem elementos urbanos complexos de serem tratados da maneira convencional.

4.1. Noções de Planejamento e Gestão e o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR (PPSH/RMR): Um instrumento de planejamento urbano metropolitano

O planejamento é a preparação de decisões orientadas para alcançar objetivos específicos desejáveis, apresentando duas finalidades: (I) melhorar a eficiência no uso e gestão dos recursos, (II) melhorar a qualidade dos ambientes materiais e sociais; e seus objetivos, por exemplo, vão desde a conservação de zonas rurais e de cidades históricas até o fornecimento de novas habitações, serviços, construção de autoestradas (SMALL e WITHERICK, 1992, p. 199).

Comumente os termos planejamento e gestão são usados como sucedâneos, entretanto para Souza (2002, p. 46) planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, pois possuem referenciais temporais e tipos de atividades diferentes, muito embora o planejamento e a gestão sejam ao mesmo tempo distintos e complementares entre si.

Em suma, de acordo Souza (2006 op. cit) a gestão esta associada ao momento presente e tem em vista as necessidades imediatas contando com os recursos disponíveis naquele momento; já o planejamento remete a ideia de futuro, ou seja, tentar simular o

desenrolar de um processo, com a finalidade de prevenir-se ou de retirar benefícios de prováveis problemas.

Nessa concepção entre Planejamento e Gestão, partindo para o campo de atuação do Patrimônio Histórico, percebe-se que no Estado de Pernambuco, as primeiras propostas efetivas em programas de planejamento para a revitalização e conservação dos Sítios Históricos foram elaboradas ainda na década de 1970, através do IPHAN e da Fundação Pró-Memória, sendo, primeiramente, feita no bairro do Recife no município de mesmo nome.

Em 1976, através da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) foi elaborado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). Este plano identificou e cadastrou 109 sítios históricos, urbanos e rurais, dos então nove municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR).

Segundo a Fidem (1978), cada um destes municípios que formam a RMR se encarregaria, com a conclusão do PPSH, de desenvolver projetos específicos de preservação de cada um dos seus sítios históricos tombados, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados identificados, ou seja, a Fidem desenvolveu uma proposta de planejamento que posteriormente os municípios iriam se encarregar de continuar o desenvolvimento do projeto.

5. Procedimentos metodológicos

De início, nessa pesquisa, houve uma coleta generalizada de todo tipo de informação envolvendo as temáticas principais abordadas neste trabalho: planejamento e gestão, geoprocessamento, patrimônio histórico, governança metropolitana e sobre o município de Igarassu.

Em seguida, o material coletado passou por seleção e leitura avaliativa, na qual parte do material coletado foi sendo gradativamente descartada por apresentar inconsistência e, até mesmo, informações duvidosas.

A pesquisa contou também com parte prática através de visitas in loco e da utilização de instrumento GPS onde coletadas as coordenadas geográficas (latitude e longitude) dos monumentos mais expressivos que compõem o Sítio Histórico da área de estudo.

No total foram coletados 16 pontos entre elementos histórico arquitetônicos presentes na área de estudo. E para a análise da consistência desses dados foram usados os

seguintes critérios: o valor da acurácia e a presença de elementos físico-naturais, que após os critérios 03 dos 16 pontos foram excluídos (Tabela 1) e estes pontos excluídos estão destacados com tarja amarelada.

Tabela 1. Tabela de atributos dos elementos histórico-arquitetônicos em Igarassu

ID	Coordenada UTM (X)	Coordenada UTM (Y)	Elevação (metros)	Acúraci a (metros)	Localização
1	289740	9133438	36	7	Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia
2	289853	9133481	28	8	Casa de Câmara (Câmara Municipal)
3	289795	9133533	32	9	Sobrado do Imperador
4	289783	9133521	31	7	Casario I (Escola de Música)
5	289834	9133586	30	7	Convento do Sagrado Coração de Jesus
6	289840	9133616	27	10	Museu Histórico de Igarassu
7	289849	9133620	27	11	Igreja dos Santos Cosme e Damião
8	289812	9133718	11	10	Prefeitura de Igarassu
9	289828	9133730	9	8	Adro
10	289809	9133724	10	12	Igreja de Nossa Senhora do Livramento
11	289821	9133752	11	11	Casario II (Secretária de Meio Ambiente)
12	289729	9133770	7	7	Ponte do Rio Igarassu
13	289588	9133877	8	7	Igreja de São Sebastião
9	289828	9133730	9	8	Adro
14	289585	9133910	8	10	Cartório de Igarassu
15	289959	9133780	14	10	Convento Franciscano de Igarassu / Cruzeiro
16	289895	9133697	20	10	Biblioteca Pública de Igarassu

A imagem de satélite utilizada foi a do QuickBird que apresenta resolução espacial de 60 cm. Esta imagem é do ano de 2007 e foi cedida pela Agência Condepe/Fidem para o Atlas do Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife coordenado pela Prefeitura do Recife/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O limite oficial do território do núcleo histórico de Igarassu foi baseado no limite proposto e demarcado pelo PPSH/RMR que engloba apenas o Sítio Histórico localizado no núcleo da sede do município.

Em relação ao *software* de geoprocessamento utilizado na pesquisa optou-se por programas de natureza livre, visto que podem ser adquiridos facilmente por qualquer usuário. O *software* livre em questão foi o TerraView⁶ 3.4.0.

Esses procedimentos supracitados foram fundamentais para propor na gestão urbana à aplicação de técnicas de geoprocessamento como subsídio para a conservação do patrimônio histórico e para fins turísticos através do desenvolvimento de um modelo empírico de catálogo.

6. Resultados

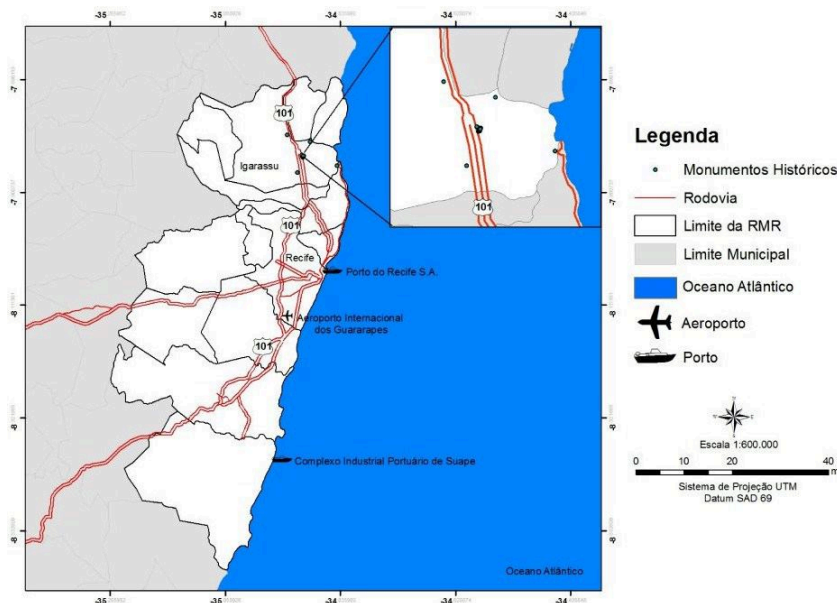
No contexto metropolitano a nível turístico, o município de Igarassu apresenta potencialidades de múltiplas formas. O turismo cultural é, provavelmente, o tipo de atividade turística de maior peso e relevância em Igarassu devido, como já foi dito anteriormente, ao rico acervo histórico-arquitetônico e paisagístico presente em seu limite territorial. E na RMR outros municípios, assim como Igarassu, também possuem ricos acervos histórico-arquitetônicos e paisagísticos a exemplo de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, por exemplo.

Por um lado à presença de mais de um conjunto do patrimônio cultural existente dentro de uma mesma região de desenvolvimento, como no caso da RMR, permite a desconcentração de turismo e renda, favorecendo no desenvolvimento. Para que isso seja possível a infraestrutura urbana é fator fundamental, ou seja, o setor turístico deve estar atrelado à infraestrutura urbana para que permita a mobilidade e haja desenvolvimento mais igualitário da região. Levar em consideração fatores como este dá a dimensão da importância de realizar o planejamento.

Na Figura 2 é mostrada a rodovia BR-101, principal eixo viário que atravessa o Estado (de norte a sul) e que é a principal ligação do município de Igarassu até boa parte dos demais da RMR. Esta rodovia permite o acesso e, conseqüentemente, o fluxo de veículos e pessoas nas proximidades do Sítio Histórico de Igarassu. Por esta rodovia também é possível ter acesso ao aeroporto e aos portos existentes dentro da RMR.

⁶ Software livre desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e serve para a visualização e manipulação de dados geográficos, disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/terraview/index.php>.

Figura 2. Eixos de infraestrutura na RMR.



Fonte: DER, 2009 (Adaptado).

As diferentes possibilidades de acesso, tanto para a entrada e a saída, contribuem para o conjunto da infraestrutura e, desse modo, permitem múltiplos meios de acesso às diversas localidades.

Especificamente para um município a rede urbana de infraestrutura é fator fundamental para o desenvolvimento econômico e melhor aproveitamento na organização do espaço interno.

Para o município de Igarassu, que apresenta o setor funcional de atividades turísticas, os tipos de acesso e as distâncias influenciam, significativamente, na tomada de decisões. As diferentes formas de uso e ocupação do espaço geográfico caracterizam o modo como os elementos presentes no espaço se comportam e se relacionam com os atores sociais que convivem dentro desse mesmo espaço.

Esses espaços (des)construídos, por exemplo, guardam significados e características de sociedades de outrora e desse modo a gestão inteligente e o planejamento territorial adequado permitem a salvaguarda do conhecimento e da identidade cultural, contribuindo na tomada de decisões.

Outro fato que deve ser observado e levado em consideração se refere as gestões metropolitanas visto que a preocupação com a questão metropolitana não é um debate recente, sabe-se, por exemplo, que em meados da década de 60 e 70 aconteceram importantes reuniões entre diversas entidades competentes em torno de problemas metropolitanos

diversos, além disso foi nesse período que houve uma atuação mais intensa de entidades metropolitanas a fim de alcançar uma eficiência na gestão da metrópole institucionalizadas (Observatório das Metrôpoles, 2009 p. 18), e um dos instrumentos de planejamento e gestão que surgiram nesse período foi exatamente o PPSH/RMR.

E embora o PPSH compreendesse a RMR, ações envolvendo os municípios não se concretizaram, tornando o Plano pouco relevante e quase inexpressivo nas tomadas de decisões, mesmo este sendo um importante instrumento de planejamento e gestão. Tal fato é observado por Andrade & Clementino (2007) na qual os municípios tendem a pensar seus problemas de forma isolada, porém os problemas ultrapassam os limites municipais.

6.1. Confeção e proposta do modelo de catálogo para o Patrimônio Histórico

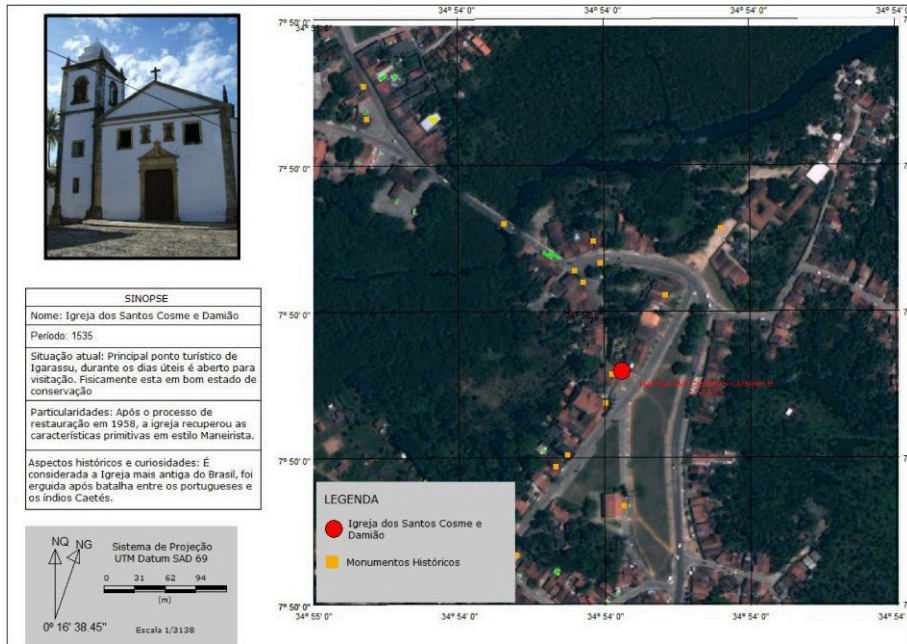
A maior parte dos elementos representativos do patrimônio histórico-arquitetônico de Igarassu localiza-se no núcleo da sede, convencionou-se chamar o núcleo da sede de Núcleo Histórico Central, que corresponde ao mesmo limite proposto pelo PPSH/RMR.

O Núcleo Histórico Central corresponde ao Distrito Sede de Igarassu e tem como características que o define como tal, dentre outras:

- Área territorial do Município em que se concentra a maior parte do patrimônio cultural, sobretudo o patrimônio histórico;
- Porção territorial com grande fluxo de pessoas e veículos diariamente (carros, caminhões, ônibus, motos, bicicletas, pedestres etc.);
- Apresenta a melhor infraestrutura urbana, facilitando o acesso e o tráfego, contudo durante o período noturno a infraestrutura é precária.
- Concentra quase a totalidade das funções político-administrativas presentes no Município, a maior parte delas está alocada nos prédios e casarios do Sítio Histórico.

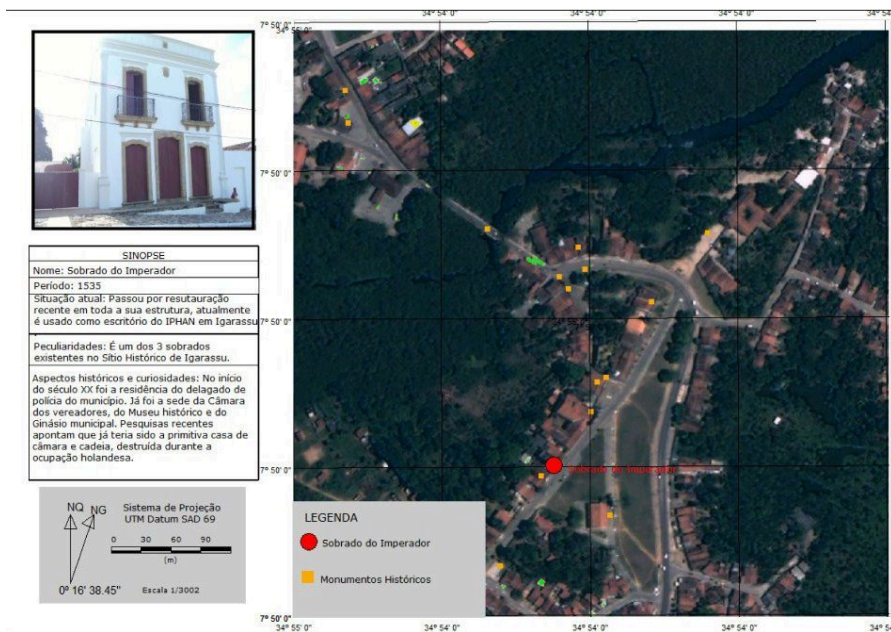
A partir dessas características, das anotações feitas in loco e de posse das ferramentas de geoprocessamento foram confeccionados mapas temáticos de um modelo de catálogo empírico que identificaram e localizaram os alguns dos principais monumentos históricos representativos que integram o Patrimônio Histórico do município de Igarassu e é forma de demonstração visual da aplicabilidade do geoprocessamento no planejamento e gestão municipal (Figuras 3 e 4).

Figura 3. Localização dos monumentos que compõem o Patrimônio Histórico de Igarassu.



Fonte: O autor.

Figura 4. Localização dos monumentos que compõem o Patrimônio Histórico de Igarassu.



Fonte: O autor.

7. Conclusões

Embora sejam verificadas algumas ações individualizantes nos planos e nas propostas no campo do planejamento e gestão dentro da RMR, propostas como a do

PPSH/RMR devem continuar existindo e sendo aplicadas de fato para que haja um desenvolvimento região forte e consistente.

A rodovia BR-101, principal eixo viário do Estado de Pernambuco, se configura como a principal rota de acesso para o município de Igarassu, interligando-o aos demais municípios da RMR, e promovendo as atividades turísticas e culturais que tem peso e relevância devido ao rico acervo histórico-arquitetônico e paisagístico presente em seu limite territorial.

O catálogo confeccionado nesse estudo configura uma renovação das formas de catálogo convencionais, pois apresenta interdisciplinaridades, e o modelo empírico pode ser também empregado em outros estudos e contextos temáticos como na gestão de recursos naturais, de bacias hidrográficas e em cadastros multifinalitários.

O desenvolvimento do catálogo é possível através de softwares livres, salientado que se obteve um resultado satisfatório, sendo possível aplicar não somente o software em si mais também o geoprocessamento em propostas de planejamento e gestão.

Os produtos finais gerados a partir das ferramentas de geoprocessamento aliado a uma boa estratégia de marketing pode, por exemplo, ser utilizado na promoção turística. Desse modo favorece a atração de investimentos e de público interessado nos conhecimentos advindo de bens culturais, contribuindo para o aumento do turismo cultural no município ou na RM e favorecendo a economia local.

Referências

ALECRIM, E. Inventário do Potencial Turístico de Igarassu. Igarassu: Secretária de Turismo, Cultura e Esportes de Igarassu – STCEI, 2007.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão e CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Descentralização e impasses da governança Metropolitana In: RIBEIRO, L. C. Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro. Revan-FASE, 2007. p. 239-28.

BO, João Batista Lanari. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. 186p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Introdução a Ciência da Geoinformação. São José dos Campos, 2001. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; SOUZA, Maria Ângela de Almeida (Orgs.). Como andam Natal e Recife. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. 6 v. 252p.

DIETVORST, A. G. J. Cultural tourism and time-space Behaviour. In: Greg Ashworth e P. Larkham (orgs.), Building a new heritage. Tourism, culture and identify in the new Europe. London e New York, Routledge, 1994, 69-89.

FIELDEN, Bernard M; JOKILEHTO, Jukka. Manual para el manejo de los Sitios Culturales del Patrimônio Mundial. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura (Colcultura), 1993.

FRIAS, Aníbal & PEIXOTO, Paulo. Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do patrimônio urbano de Coimbra. In: Encontro Temático Intercongressos da Associação Portuguesa de Sociologia Cidade e Culturas: novas políticas/novas urbanidades. Porto – Portugal, setembro de 2001.

Fundação de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM. Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife - PPSH/RMR. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Planejamento. 1978. 400p.

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais. Recife, 2009. 76 p.

GONÇALVES, Denise; CASTRO, Deborah; SAYEGH, Liliane; CANUTO, Cristiane; TAKISHITA, Roberto. A cidade histórica na contemporaneidade – pressupostos teóricos para uma análise das formas urbanas. REVISTA OHUN – Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA – Ano 2, nº 2, outubro 2005 – ISSN: 18075479.

MELO FILHO, Dirceu Rogério Cadena de. Para além da fisionomia – Identificação da Paisagem Cultural do Centro do Recife (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2012, 151 págs.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana. Relatório de Pesquisa. CNPq – Institutos do Milênio. Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro, 2009. 118 p.

SMALL, John; WITHERICK, Michael. Dicionário de Geografia. Tradução de J. Pinto Ferreira. Revisão científica de Ana Maria Novais. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 45-59.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

RUFINO, Iana Alexandra A.; TRIGUEIRO, Edja B. Faria; MEDEIROS, Valério A. Geoprocessamento e análise sintática do passado: estudo das relações entre vitalidade urbana e preservação arquitetural no centro histórico de Natal. In: ANAIS DO CONGRESSO E FEIRA PARA USUÁRIOS DE GEOPROCESSAMENTO DA AMÉRICA LATINA, 7., 2001. Curitiba, 2001. 1 CD-ROM.